



História: Debates e Tendências

ISSN: 1517-2856

felipeabal@upf.br

Universidade de Passo Fundo

Brasil

Gerhardt, Marcos

História ambiental, colonização e genealogia

História: Debates e Tendências, vol. 14, núm. 1, enero-junio, 2014, pp. 124-140

Universidade de Passo Fundo

Passo Fundo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552456387009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# História ambiental, colonização e genealogia

Environmental History, colonization and genealogy

Historia ambiental, colonización y genealogía

Marcos Gerhardt\*

## Resumo

O artigo avalia a possibilidade de compreender as transformações ambientais geradas pela colonização no Rio Grande do Sul, nos séculos XIX e XX, por meio do estudo da trajetória de famílias imigrantes. Emprega a abordagem da história ambiental e relaciona a experiência familiar com a história rio-grandense. Conclui que as condições ambientais também estiveram entre as razões da imigração para o Sul do Brasil, bem como das migrações internas posteriores. A história das famílias estudadas revela indícios de como a presença e o trabalho dos colonos, em interação com outros grupos sociais, geraram profundas transformações socioambientais.

*Palavras-chave:* História ambiental. Imigração. Famílias Gerhardt.

## Introdução

Este artigo avalia a possibilidade de compreender as mudanças ambientais produzidas pela imigração e pela colonização no Rio Grande do Sul por meio do estudo da trajetória de famílias imigrantes. Escolheu-se investigar a história das famílias Gerhardt por motivos pessoais e por sua longa trajetória, que coincidiu com o movimento populacional de imigração da Europa para o Brasil e de migrações internas dos descendentes durante os séculos XIX e XX.

\* Tem graduação e especialização em História pela Unijuí, mestrado em História pela Universidade Estadual de Londrina e doutorado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente, é professor na Universidade de Passo Fundo (UPF) e participa do projeto de pesquisa do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da UFSC.

Recebido em 31/07/2013 Aprovado em 21/08/2013

<http://dx.doi.org/10.5335/hdtv.14n.1.4170>

Adotou-se a abordagem da história ambiental, entendida como um campo da História com crescente importância a partir da década de 1970, que “rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e ‘super-natural’, de que as consequências ecológicas dos seus efeitos passados podem ser ignoradas”, isto é, “trata do papel e do lugar da natureza na vida humana” (WORS-TER, 1991, p. 199 e 201). A história ambiental liga-se com a história agrária, com a antropologia e com outras ciências. Olha novamente para assuntos antes abordados ou dirige seu interesse para novos temas, como a relação humana com as florestas.

Metodologicamente, a pesquisa apoiou-se na interpretação de variada documentação, ou seja, essa considera como fonte de informação qualquer vestígio da interação humana com os ambientes que foram repovoados em projetos de colonização. A narrativa foi escrita de modo a ligar as experiências familiares com a história da sociedade rio-grandense e sua historiografia, contextualizando a vida familiar. Espera-se que o artigo seja entendido tanto pelos intelectuais da academia quanto pelos membros das famílias estudadas, mesmo que esses leitores tenham compreensões diferentes sobre o texto histórico.

A migração geralmente representa, na memória e na interpretação de muitos descendentes, o início de uma caminhada idealizada de dificuldades, de trabalho e de êxito na formação do Sul do Brasil. João Klug contrapôs essa interpretação e argumentou:

[...] percebe-se uma historiografia relativa ao tema, que assume, muitas vezes, tons triunfalistas, exagerando quanto à contribuição, especialmente alemã e a italiana. O sul só teria conseguido atingir o nível e índices atuais em função do imigrante, especialmente dessas etnias, dadas suas laborsidade e abnegação. Trata-se de uma leitura unilateral, com base mais no senso comum do que na pesquisa, e o desafio é superá-la (ou até negá-la), visto que o senso comum não é critério de confiabilidade em história (2009, p. 201).

O artigo apresenta, portanto, uma história de simples agricultores e trabalhadores que deixaram uma herança cultural, material e genética. Pesquisar e escrever uma história de família significa conhecer e explicar as experiências vividas por pessoas que, durante algum tempo, mantiveram-se unidas pela convivência, pelo trabalho, por laços de parentesco e de afetividade, e por sentimentos de pertencimento.

## Trajetórias de colonos

A maioria das pessoas que hoje identifica-se com o sobrenome Gerhardt está vinculada com famílias que vieram para a América durante o século XIX. No decorrer daquele século, também pessoas de mesmo sobrenome foram para os Estados Unidos da América e para a Argentina (SCHULZ, 1950). Existe alguma variação na grafia, encontrado nos documentos como Gerhard, Guerat ou Kerate (Inventário, 1870; Inventário, 1874). Nesses últimos casos, pode-se deduzir que o escrivão brasileiro redigiu o sobrenome como lhe foi pronunciado, sem ver a palavra escrita.

Concentrou-se a atenção na experiência de vida de Joseph Gerhardt, nascido em 1817, possivelmente no estado de Hessen, no sudoeste do que é atualmente o território da Alemanha. Naquela época, esse era formado por diversos estados que se unificaram sob a hegemonia do Império Prussiano, em um processo que se completou em 1871. Conforme Max Weber, na região oeste, durante o século XIX, “o aldeamento rural torna-se mais denso, predominam os pequenos agricultores, e a cultura torna-se mais dispersa e variada”, ao contrário da parte leste na qual predominaram as propriedades maiores (1997, p. 130). Joseph veio para o Brasil em 1827, aos 10 anos de idade, acompanhando a migração que fez seu pai Johann e sua mãe Elisabeth Sommer. Eles foram instalados na colônia São Leopoldo, fundada para receber imigrantes a partir de 1824 e viveram algum tempo na picada Dois Irmãos (HILLEBRAND, 1824-1853; 1847-1849). Joseph estava entre os quase cinco mil alemães que entraram na província entre 1824 e 1830 (LANDO; BARROS, 1980). Seu nome completo possivelmente era Johann Joseph – ou, em português, João José.

Casou-se com Margareth Altenhofen, com quem teve nove filhos (INVENTÁRIO, 1884). Ela também era filha de imigrantes europeus que chegaram ao Brasil em 1827. Três membros de sua família morreram nos anos iniciais da colonização, inclusive seu irmão Balthasar, falecido em consequência de ferimentos que sofreu durante a Guerra Farroupilha (HILLEBRAND, 1847-1849; FLORES, 1995; HILLEBRAND, sd.). Possivelmente Johann, pai de Joseph, estava a favor do Governo Imperial, pois apareceu

citado como possível testemunha em uma acusação contra pessoas que tentaram

[...] fazer um engajamento de tropas alemãs a favor do governo rebelde e para iludir os habitantes da Picada dos Dois Irmãos que se tinham sempre conservado defensores da Legalidade e do Trono de S. M. I. [...] (MOEHLECKE, 1986, p. 131).

O médico e viajante Robert Avé-Lallemant visitou a colônia São Leopoldo na metade do século XIX e viu uma alternância de plantações de milho, mandioca e feijão, dentre outras culturas, bem como elementos remanescentes da floresta, com vigorosos troncos, pássaros, “magníficas borboletas diurnas” e muitas outras formas de vida silvestre. Na percepção desse viajante, as “culturas, com a natureza selvagem, e casinhas de colonos, dispersas por muitas milhas, contrastam graciosamente com a floresta verde-negra” (1980, p. 118). Ele visitou também as terras situadas nas serras de Hamburgo e dos Dois Irmãos, nas quais viu “atléticas vegetais agarrados, sem que um vença o outro. Mas já um terceiro deitou seu forte braço em torno dos dois, penetrando-os e estorvando-lhes a circulação, enquanto nos altos galhos uma pequena floresta de parasitas verdejantes lhes suga a seiva e as prepara para a queda” (1980, p. 122).

A existência da floresta, a “maravilhosa oficina da natureza” que tanto impressionou Avé-Lallemant, foi um dos motivos para a vinda dos Gerhardt e de outros da Europa para o Brasil. As terras florestais não eram as preferidas pelos criadores de gado, uma das principais atividades econômicas no Rio Grande do Sul da época, tendo, estas, por conseguinte, sido destinadas aos projetos de

colonização. A floresta podia ser uma dificuldade para a agricultura, mas fornecia aos colonos a lenha para os fogões domésticos e para os fornos das olarias, a madeira para a construção de casas e das instalações rurais que eram habitadas por variada fauna, vista inclusive como caça. Acima de tudo, após o desmatamento, as terras de roça nova eram muito férteis e rendiam excelentes colheitas. A imigração de europeus para o sul do Brasil teve motivos mais relevantes, de cunho social, econômico, político, demográfico e cultural, mas as razões ambientais tiveram, nesse contexto, espaço significativo e podem ser consideradas pelos historiadores.

Um pesquisador deve saber afastar-se do determinismo geográfico e evitar a afirmação de que a vida dos colonos foi regulada pelas condições ambientais. Mas também é preciso saber, como argumentou José A. Pádua, evitar “a dominância do enfoque flutuante”, que, em parte, se “construiu como reação à forte presença do determinismo geográfico e biológico no pensamento social da passagem do século XIX para o XX” (2010, p. 92). Nesse sentido, a vida dos imigrantes instalados como colonos no sul não pode ser desligada das condições ambientais então existentes.

A colonização das terras do Vale do Rio dos Sinos e das áreas ao norte deste, na encosta da serra, não se fez sem conflitos com posseiros, que reclamavam o direito de uso das terras e dos bens ambientais, e com populações indígenas da etnia Kaingang (TRAMONTINI, 2003, p. 78). Eles viviam ali muito antes da chegada dos colonos e resistiram o quanto puderam à perda do território e ao seu repovoamento. Em 1853, Johann D.

Hillebrand, diretor da colônia São Leopoldo, pediu ao presidente da província “algum armamento para os nossos novos colonos que acabão de ser estabelecidos nas picadas de Sinimbu e do Salto, sertões bravios e lugares ermos como aqueles exigem que esses colonos tenham ao menos cada hum huma arma de fogo” (1853, p. 1).

Naquele mesmo ano, nove colonos, entre eles Joseph Gerhardt, solicitaram outros lotes rurais ao presidente da província, argumentando principalmente que sofriam “contínua invasão e assalto de bugres e tigres n’aqueles desertos lugares sem proteção senão a de Deus” (HILLEBRAND, 1853, p. 3). Hillebrand escreveu para a mesma autoridade afirmando que o requerimento dos colonos continha “vergonhosas faltas de verdade” e argumentando que “quando vão fazer erva de matto, muito mais de huma legoa além de suas colônias, como que, essas circunstâncias não os impede a permanecer semanas inteiras no sertão, naquele serviço?” (1853, p. 4). A expressão “erva de matto” possivelmente foi usada para se referir à erva-mate (*Ilex paraguariensis*), um bem florestal cujo extrativismo os colonos também praticavam (GERHARDT, 2011).

Johann – pai de Joseph – teve a propriedade de uma escrava e de seu filho, José (Livro de registro, 1855-1859). Essa informação foi encontrada em um único documento, o que a torna pouco confiável. Ela está de acordo, entretanto, com o contexto da época, na qual existia legislação para restringir a escravidão nas colônias, mas, dos 166 escravos existentes em 1848 em São Leopoldo, 87 pertenciam a imigrantes alemães, evidenciando seu uso lastimável pelos colonos em diver-

sas atividades urbanas e rurais (TRAMONTINI, 2000).

Joseph e Margareth mudaram-se de São Leopoldo para o Vale do Rio Taquari na década de 1850, época em que vários membros da família compraram terras junto à fazenda São Caetano (ROCHE, 1969, p. 342). A partir dessa fazenda, à montante, a navegação no rio Taquari tornava-se difícil e perigosa. Aos fundos e ao norte desse lugar existiam bons ervaais (Correspondência, 10 ago. 1854). Nas terras do Vale daquele Rio, o casal viveu os anos seguintes (Figura 1).

Quando de sua morte, no ano de 1883, “em consequência de queimaduras, munido com os sacramentos da Santa Igreja” (Livro de registro, 1873-1915), foi redigido o inventário *post-mortem* dos bens deixados por Joseph, documento que se tornou uma importante fonte de informação sobre sua vida. Ele legou aos herdeiros: “Cento e quarenta mil e quinhentas braças quadradas de terras ditas na picada de Boa União, margem do Rio Taquari...” (Inventário, 1884) e terras localizadas em São Caetano e na margem do Arroio do Meio.

Além dos imóveis, ficaram as benfeitorias, utensílios de cozinha, oito reses, um cavalo e algum dinheiro. O patrimônio do casal somou um total de 13:649\$000 Réis (Inventário, 1884). Para se ter ideia do que esse valor representou na época, pode-se compará-lo com os preços de alguns produtos: uma saca de feijão preto valia sete mil réis, o quilograma de manteiga custava dois mil Réis, e por uma bolsa de arroz descascado se cobrava 17\$000 Réis (DIE KOLONIE, 1894).

No mapa demonstrativo da situação dos 45 lotes que compunham a colônia pri-

vada da Estrela, Joseph aparece com sua família de 11 integrantes, utilizando somente 37.500 das 220.000 braças quadradas que tinha seu lote. Naquele ano, cultivaram milho, feijão, batata, cevada, centeio, trigo e fava. Além dos dois cavalos e dos seis bovinos que possuíam, criavam 50 suínos (Mapa demonstrativo, 1860). A produção dessa família é um exemplo de como os colonos intensificaram a transformação do ecossistema natural, que é “um subgrupo da economia global da natureza – um sistema local ou regional de plantas e animais que trabalham em conjunto para criar os meios de sobrevivência”, em um sistema agroecológico, que é “um ecossistema reorganizado para propósitos agrícolas – um ecossistema domesticado”, ou seja, “é um rearranjo, não uma anulação dos processos naturais” (WORTER, 2003, p. 29).

O ambiente do Vale do Taquari contava com condições favoráveis à agricultura, pois tratava-se de uma planície e de terras férteis. Por outro lado, as terras eram vulneráveis às grandes enchentes do rio, como aquela que aconteceu em 1878 (Relatório, 1881). A comunicação com a capital do estado e o transporte da produção colonial excedente eram feitos por meio da navegação. Na década de 1920, existiam linhas regulares entre Lajeado e Porto Alegre. A viagem com o “vapor rápido” durava de nove a onze horas. Outras linhas atendiam a circulação regional (KALENDER, 1922).

A existência da fazenda São Caetano e de outras fazendas na região informa sobre a presença de populações no lugar muito antes do início da colonização por europeus e seus descendentes. Os estudos de arqueo-

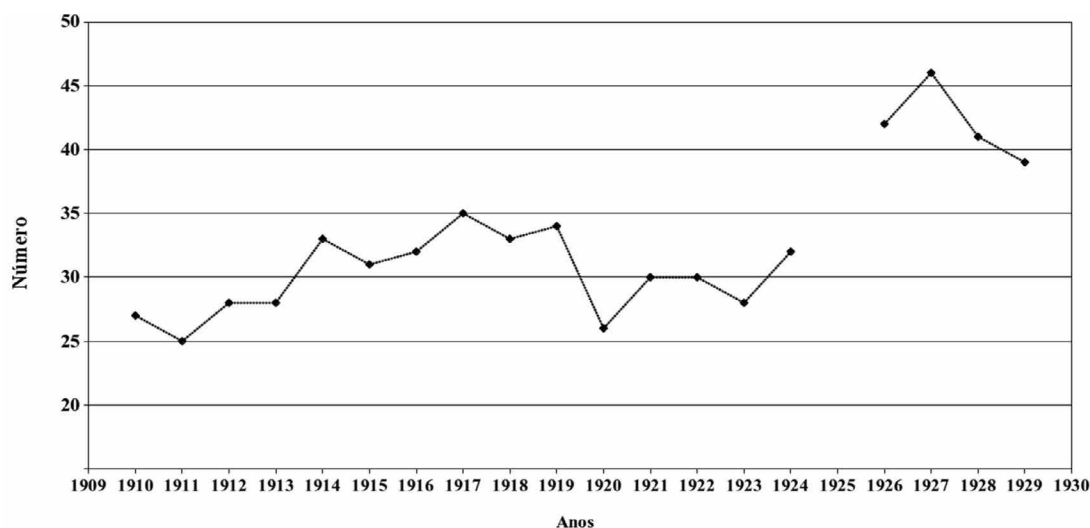
logia e história concluíram que populações indígenas Guarani, horticultoras, viviam há milhares de anos nos vales dos rios Taquari e Forqueta e dos arroios Forquetina e Boa Vista (KREUTZ, 2008; MACHADO; SCHNEIDER, 2008). Os lavradores nacionais que viviam nessa região como agricultores e coletores de erva-mate, também antes da

chegada dos colonos, foram expropriados e expulsos para lugares mais distantes por meio de estratégias como a grilagem de terras. Essas eram praticadas por membros da elite econômica regional e viabilizaram alguns dos projetos de colonização (CHRISTILLINO, 2004).

Fonte: Adaptado de FLATAN, Carlos Kurt. Mappa do Município de Estrella. 1922. Escala 1:100.000. In: Album, 1926. AHRs.

atuaram no contexto colonial, em terras que foram fragmentadas em lotes, privatizadas nos projetos de colonização e desmatadas para a agricultura.

Gráfico 1 – Serrarias em Lajeado RS



Fonte: Relatórios apresentados pelos intendentes ao Conselho Municipal de Lajeado. 1909-29. AHL.

O casal Joseph e Margareth está sepultado na localidade de Novo Paraíso, em Estrela, o que faz com que aquele cemitério se configure como um importante lugar de memória familiar. As filhas mulheres casaram com membros de outras famílias imigrantes. Os filhos homens seguiram com suas atividades como agricultores no vale do Taquari e formaram grandes famílias, de acordo com o padrão reprodutivo da época. Os 12 filhos do casal José Gerhardt e Margareth Petter, por exemplo, foram gerados dos 20 aos 31 anos de idade da mãe, com um intervalo mínimo entre cada gestação (Livros de registro, 1873-1928). Por um lado, o grande número de filhos viabilizava as atividades agrícolas no lote rural, que dependia principalmente do trabalho familiar. Por outro lado, tonava o lote insuficiente para sustentar as novas famílias constituídas pelo casamento dos filhos, em razão da consequente fragmentação na partilha da herança e do também decorrente aumento da pressão humana sobre os ecossistemas.

A família de Nicolau Gerhardt e Susana Nikolay era menos numerosa, com oito filhos conhecidos. A caminhada de um deles, o agricultor João Nicolau, é marcada por uma nova etapa na trajetória familiar. Ele casou-se com Guilhermina Friedrich e migrou de Estrela para as “colônias novas” em 1921. Os bens móveis da família foram transportados até o Planalto em uma carroça de tração animal. O casal e a filha utilizaram o transporte ferroviário, instalado na região em 1915 (Entrevista, 22 abr. 2012; Escritura, 1921).

Fixaram residência em Serra do Cadeado, distrito de Ijuí (fundado como colônia em 1890), hoje município de Augusto Pestana. A nova migração teve motivos socioeconômicos e ambientais, especialmente a possibilidade de comprar terras cobertas de florestas, férteis e baratas, junto à móvel fronteira agrícola e de colonização (GERHARDT, 2009). Na Serra do Cadeado, eles participaram, assim como os demais colonos e os lavradores nacionais, da constru-



ção de uma paisagem colonial, que foi parcialmente descrita em 1924:

O gado é gordo, até brilha, as casas são sólidas e firmes, na terra há frutas e árvores carregadas; esse é o quadro que o visitante vê. Têm alguns que ainda estão no começo, mas, com tempo e se entrar dinheiro, mudam e vão para frente [...].

No fim da segunda década o retrato da colônia é bem mais agradável. Ao longo das ruas já não há mais a mata selvagem. Bonitas residências de colonos, rodeadas de laranjais em flor, pessegueiros e ameixeiras mostram claramente o progresso. Em verdes campos pastam vacas gordas, cavalos e terneiros (FESTSCHRIFT, 1924).

As mudanças socioambientais foram compreendidas como “progresso”, que permitiu instalar os migrantes, alimentar as famílias de colonos e produzir excedentes para o mercado regional. Elas corresponderam ao desmatamento de importantes áreas de Floresta Estacional Decidual e tornaram inviável a vida de várias espécies animais que habitavam aquele ambiente, cuja existência e diversidade foi registrada por Castro (1887), pelo padre Cuber (1975) e por outros cronistas e viajantes da época. Enfim, ocorreu uma irreparável perda de biodiversidade pela adoção de um modelo de agricultura colonial que não se sustentou por muitas décadas. Como afirma Eunice Nodari, referindo-se à colonização do Oeste de Santa Catarina: diferentes “grupos étnicos têm formas distintas de interagir com o ambiente” e “suas ações modificam ecossistemas, com impactos de curta, média e longa duração” (2012, p. 35). Para Paulo Zarth, a

[...] destruição da floresta pela agricultura foi sobretudo uma decisão de política pública deliberada. A ruptura com os sistemas ante-

riores e o forte impacto ambiental da agricultura no RS e no Planalto em particular, [...], foi decorrente de uma nova concepção de natureza e de política agrária (2012, p. 67).

Em comparação aos valores praticados nas colônias velhas, o preço da terra era menor no Planalto, local em que João Nicolau comprou outros quatro lotes coloniais, um para cada filho. Dois deles estavam situados fora da colônia oficial, na fronteira fitogeográfica entre a área de floresta e os campos nativos. O filho Willibald, a quem coube um desses lotes, dedicou-se à agricultura e ao trabalho na serraria que instalou para beneficiar a madeira obtida no desmatamento da região (Entrevista, 22 abr. 2012).

Em 1928, João Nicolau tentou vender o lote principal, anunciando-o no *Die Serra Post* (20 jul.). Possivelmente planejou comprar outras terras no local ou migrar para uma colônia junto à fronteira agrícola, que havia se deslocado para o Noroeste do estado. Isso não aconteceu e a família continuou morando naquele lugar. A comunicação com a parte da família que ficou em Estrela tornou-se difícil, mas existiu. Desapareceram da seletiva memória familiar os nomes de cinco irmãos e irmãs de Guilhermina, mas Pedro Miguel Friedrich é lembrado como o tio que vinha visitá-los (Entrevista, 22 abr. 2012). Os laços de Pedro com os familiares de cima da serra foram, talvez, mais intensos porque ele estava casado com Maria Gerhardt, irmã de Nicolau.

Casamentos assim, de dois ou três irmãos com duas ou três irmãs, possivelmente refletiam a limitação das oportunidades para estabelecer relacionamentos, o que ocorria preferencialmente dentro da mesma etnia. Em alguns casos, como o do casamento de Carolina Gerhardt – sobrinha de Joseph –

com João Schneider, foi necessária uma autorização da autoridade religiosa, pois havia consanguinidade de segundo grau, sendo noivos primos (Livro de registro, 1863-1890). Outro caso de casamento entre parentes aconteceu “depois de ter obtida a dispensa do impedimento” e envolveu o casal Martim Sebastião e Elisabeth, ambos sobrinhos de Joseph (Livro de registro, 1873-1889).

Pode-se ter uma ideia da condição social da família Friedrich analisando o inventário dos bens deixados quando do falecimento do pai. Os herdeiros eram a viúva e os sete filhos, todos nascidos na linha Dois Irmãos. Quatro eram menores de idade, inclusive Guilhermina, então com 16 anos. Os bens imóveis eram compostos por “umas terras situadas neste primeiro districto da Estrella”, uma casa, uma cozinha e um paiol, tudo feito de madeira, pois esse material era abundante. Dentro de casa, com algum valor, tinham uma mesa grande, três bancos, um armário, uma máquina de costura e utensílios de cozinha. A lista de bens completa-se com uma carroça de quatro rodas, um arado, três cavalos, quatro vacas e quinze porcos (Inventário, 1888). A área de terra não era pequena e, por meio do trabalho, garantiu o sustento da família em relativa pobreza. Não permitiu, contudo, progredir economicamente. Os casamentos dos Gerhardt com os Friedrich aconteceram, portanto, dentro da mesma etnia e entre pessoas de condição socioeconômica parecida.

Nas colônias novas, os casamentos seguiram uma lógica semelhante àquela que existiu nas colônias velhas, isto é, entre pessoas da mesma etnia. Um exemplo é o de João Leopoldo Gerhardt, que migrou para Serra do Cadeado aos 16 anos acompanhando os

pais e casou-se, anos depois, com Olga Wildner, cuja família migrou para o mesmo lugar (Entrevista, 23 abr. 2012). Os pais de Olga nasceram na região da colônia Santa Cruz e descendiam de imigrantes vindos da Boêmia, então parte do Império Austro-Húngaro (Livro de registro de entrada, 1867-1878).

Casamentos entre pessoas de etnias diferentes aconteceram com menor frequência, com destaque para o caso de Willibald Gerhardt, que casou com Araci Rosa da Silva, cuja família vivia na região de fronteira com os campos utilizados para a pecuária antes de iniciar a imigração oficial. Incluiu-se Araci entre os lavradores nacionais que, no Planalto rio-grandense, são conceituados como uma população livre e pobre, de origem lusa, hispânica, africana ou indígena, gerada no encontro cultural e genético dessas gentes, que se dedicavam, principalmente, à agricultura de autoconsumo, à pequena pecuária e ao extrativismo da erva-mate (ZARTH, 2002). A convivência de diferentes grupos sociais resultou em aprendizagens mútuas. Um exemplo foi a adoção e a adaptação de conhecimentos agrícolas dos lavradores nacionais pelos colonos em Ijuí (SCHNEIDER, 2008). A colonização, entretanto, alterou definitivamente o modo de vida dos lavradores nacionais, pois produziu profundas mudanças socioambientais.

Joseph Gerhardt, o personagem central dessa história, teve muitos irmãos e irmãs (Figura 2). Do primeiro casamento de seu pai Johann, com Elizabeth Sommer, nasceram também os filhos Johann, Balthasar, Sebastian e Peter. No segundo casamento, com Bárbara Wagner, que era 27 anos mais jovem que o esposo (HILLEBRAND, 1847-1849), ele teve outros oito filhos e filhas (Inventá-

rio, 1879). Uma parte desses irmãos também migrou com suas famílias para o vale do rio Taquari na década de 1850.

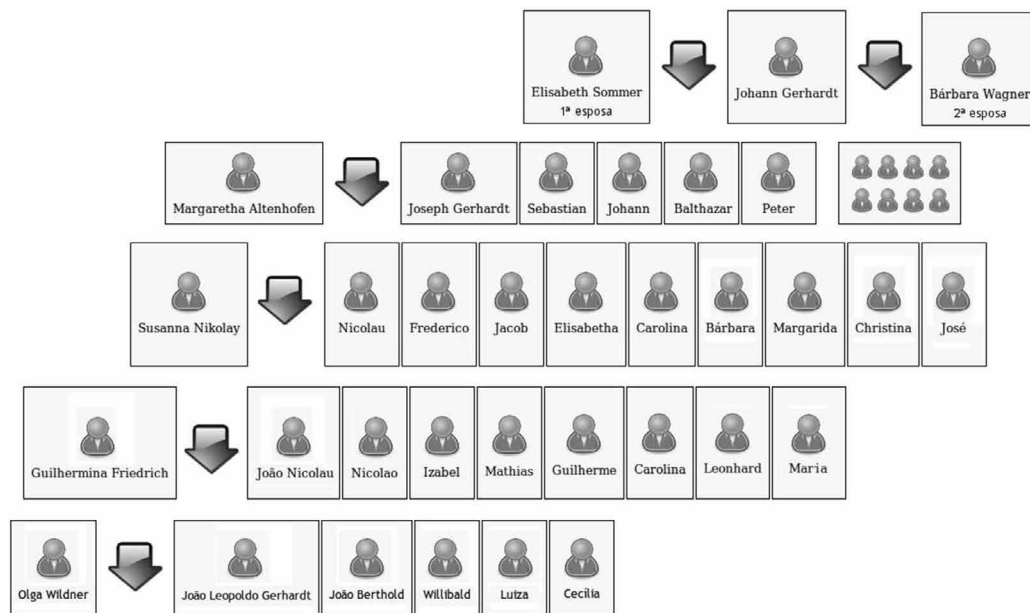
Lauro Thomé fez um interessante estudo sobre a colonização em Arroio do Meio, mas uma crítica pode ser feita à abordagem etnocêntrica que adotou, ou seja, os imigrantes foram apresentados como “pioneiros gigantes [...] que se dispuseram a enfrentar o desconhecido e o agreste” (1984, p. 9). Para Thomé, a história somente iniciou com a chegada dos imigrantes e o desenvolvimento da região aconteceu por causa do trabalho dos colonos de origem europeia. Essa interpretação não pode ser sustentada, pois omite a participação de outros grupos sociais e exagera no significado da imigração.

Em 1984, a administração municipal de Arroio do Meio, por meio de uma placa de

bronze instalada junto às “terras em que o primeiro colonizador *Johann Gerhardt*, em 1853, fixou sua residência”, homenageou e agradeceu aos “pioneiros, a quem, por seu trabalho e bravura, deve-se o continuado progresso e a riqueza presente.” Essa ação é um elogiável esforço para conservar a memória. Ela reforça, contudo, a visão etnocêntrica e alimenta a interpretação de que os colonos vieram habitar e cultivar um ambiente intocado e sem gente.

Johann Gerhardt – pai de Joseph – faleceu em 1870 e deixou aos herdeiros um patrimônio significativo. A lista de bens permite saber que a família vivia da agricultura, da pequena pecuária e em relativa simplicidade, pois as terras e benfeitorias correspondiam a 97% do patrimônio e os animais representavam cerca de 2% da herança (Inventário, 1870).

Figura 2 – Parte da genealogia



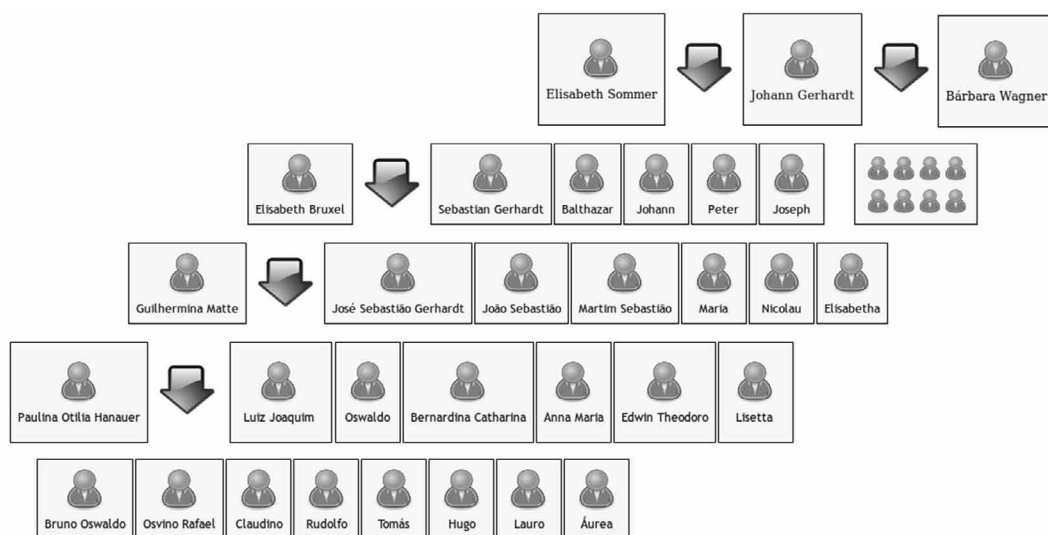
Fonte: GERHARDT, Marcos. *Genealogia das famílias Gerhardt no Rio Grande do Sul*. Disponível em: <<http://gerhardt.pro.br/gene/>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

É de Sebastian, irmão de Joseph nascido no Brasil em 1830, que descende um ramo familiar (Figura 3) que também migrou para o Planalto do Rio Grande do Sul. A família de José Sebastião, filho de Sebastian, mudou em 1912 do Vale do Rio Taquari para a colônia Guarani e fixou-se na linha Atolosa, lugar no qual se desenvolveu a colônia Serro Azul e o núcleo Comandahy (MOREIRA; TASSONI, 2004; Entrevista, 25 ago. 2011). A primeira foi criada em 1902 pela *Bauernverein*, uma associação colonizadora ligada com Companhia de Jesus (SCHALLENBERGER, 2009, p. 248-251). A colonização do núcleo Comandahy, ao longo do rio de mesmo nome, teve a participação do empresário Horst Hoffmann e

grande parte do território dessas duas colônias corresponde hoje ao município de Cerro Largo. Localizavam-se em área de Floresta Estacional Decidual, na margem direita do rio Ijuí, onde as condições ambientais e os solos eram favoráveis à agricultura.

Claudino Gerhardt, um dos filhos de Luiz Joaquim, migrou com sua família de Santo Cristo RS para o estado do Pará, em 1980. Fixaram-se em Medicilândia, localidade criada às margens da rodovia transamazônica (BR 230), aberta na década de 1970 pelo governo militar. Lá trabalharam como agricultores em terras desmatadas (Entrevista, 11 abr. 2012).

Figura 3 – Parte da genealogia



Fonte: GERHARDT, Marcos. *Genealogia das famílias Gerhardt no Rio Grande do Sul*. Disponível em: <<http://gerhardt.pro.br/gene/>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

Do imigrante Balthazar, outro irmão de Joseph, possivelmente descende José Albino Gerhardt, que se fixou na região de Carazinho (que pertenceu a Passo Fundo até

1931) e se dedicou à atividade madeireira, na qual foi sucedido por dois de seus filhos. Os dados coletados por Liliane Wentz revelam importante crescimento do número de

madeireiras particulares em Passo Fundo durante a década de 1920, quando as “serriarias multiplicaram-se e colocaram abaixo pinheirais centenários, ampliando uma atividade que produziu importantes riquezas para empresas e famílias, prolongando-se até meados de 1950” (2004, p. 71).

## Características

A história do tronco familiar de Joseph Gerhardt é marcada por três características essenciais: a primeira são as migrações sucessivas. Jean Roche estudou esse movimento de população no Rio Grande do Sul, chamou-o de “enxamagem” e organizou-o em quatro fases. A primeira durou de 1824 até 1850 e limitou-se à região próxima de São Leopoldo; na segunda fase, de 1850 a 1890, os colonos marcharam para o oeste em busca de novas terras, ocuparam os vales dos rios Caí, Taquari e expandiram-se até a atual Santa Cruz do Sul; a terceira fase começou em 1890 e correspondeu à colonização do Planalto, criando as colônias novas; por fim, na quarta fase, iniciada em 1914, aconteceu um êxodo do Rio Grande do Sul, com a migração de colonos para os estados vizinhos (1969, p. 339-361). Os Gerhardt, do tronco estudado, são mais um caso e exemplo que confirma a explicação de Roche, pois acompanharam esse fluxo geral de população.

Na avaliação dos historiadores Sílvio Correa e Juliana Bublitz, o

[...] que Roche não percebeu, ou simplesmente não assinalou, é que a enxamagem humana implicava uma degradação ambiental que comprometeria o sustento das gerações futuras quando não houvesse mais terras por colonizar (2006, p. 54).

Migrar era uma forma de acessar ecossistemas menos transformados pela ação humana, nos quais os bens ambientais estavam mais disponíveis.

As migrações dessa e de outras famílias têm, portanto, motivos socioambientais. Instalaram-se no vale de diversos rios, acompanharam a mudança da fronteira agrícola, compraram terras por preços menores do que os cobrados nos lugares de origem, desmataram, extraíram madeira e cultivaram solos férteis. Cada uma das migrações é, contudo, diferente, pois acontece em um contexto histórico distinto. Elas têm uma historicidade única, marcada pelas condições de seu tempo.

As atuais ruas Germano Gerhardt, Francisco Gerhardt e Jacob Gerhardt, situadas em Novo Hamburgo, possivelmente correspondem ao lugar rural onde viveu a família de Kiliana Wasum e Baltazar Gerhardt, sobrinho de Joseph (Livro de registro, 1880-1891). Esse grupo representa uma parte dos descendentes de Johann que não migrou e continuou vivendo na região do rio dos Sinos.

A segunda característica dos Gerhardt, do tronco familiar de Joseph, válida para o século XIX e início do XX, é sua predominante atividade agrícola em pequenas propriedades rurais, ou seja, possivelmente eram agricultores na Europa e a maioria deles deu continuidade a essa atividade no Brasil. Grande parte dos homens do ramo da família que vivia em Lajeado e Arroio do Meio no final do século XIX aparece, nos livros de revisão do alistamento eleitoral (1890), discriminada como “lavrador”.

Obviamente existiram exceções e o trabalho agrícola esteve combinado com

outras atividades. Alfredo Gerhardt exercia a profissão de ourives em Estrela (Álbum, 1926, p. 114). João Nicolau, além de agricultor, produzia aguardente para o comércio em seu alambique localizado na linha Boa Vista, em Estrela (Registros fiscais). Vários outros colonos tiveram alambiques, atividade que era favorecida pela facilidade de cultivar cana-de-açúcar junto ao vale do rio Taquari, onde a geada raramente ocorria. As autoridades municipais de Lajeado registraram a existência, em 1910, de 66 alambiques, 28 fábricas de rapadura e quatro de melaço (Relatório, 1910). João Gerhardt – sobrinho de Joseph – possuía uma fábrica de rapadura na localidade de São Caetano (Livro de lançamento, 1897). José Gerhardt – outro sobrinho – era alfaiate (Livro de registro, 1873-1889). Sebastian Gerhardt foi contratado pela Câmara Municipal de Taquari para construir uma ponte em São Caetano (Relatório, 1881). Luiz era “fabricante das excelentes bebidas: limonada gazonosa, soda Brasil, Estrellina e Orangerade” no distrito de Corvo (O Paladino, 25 dez. 1931, p. 3), enquanto Adolpho fabricava as “saborosas cervejas ‘corvo’ (branca) e ‘Porco’ (preta)” (O Paladino, 25 dez. 1931, p. 3; Álbum, 1926, p. 196). Nicolau Gerhardt, de Lajeado, expôs um par de rédeas de couro trançado na Exposição Estadual de 1901, como resultado de seu trabalho (Catálogo, 1901, p. 218).

Há registros, ainda, de casos de participação na vida pública: Nicolau e Sebastian Gerhardt foram eleitos juizes de paz em Estrela, em 1887 (Relação nominal, 1882-1889), e Nicolau e Adolfo atuaram como membros do Conselho Municipal de Estrela na década

de 1920 (Cópia da acta, 1922). Esses casos não foram exceção. Conforme René Gertz (2010), houve uma relevante participação de imigrantes e seus descendentes na política rio-grandense no período republicano. João Leopoldo Brentano, filho de Bárbara Gerhardt e neto de Joseph, tornou-se sacerdote e atuou na formação dos círculos operários durante os governos de Getúlio Vargas. Criá-los era uma forma de disciplinar os trabalhadores das indústrias, sob a coordenação da Igreja Católica, evitando ou desarticulando sua auto-organização em sindicatos e associações (SOUZA, 1998). Com os círculos operários, se “pretendia suprir a ausência do Estado na assistência social, ponto fundamental para a expansão e a adesão do operariado” (DIEHL, 1990, p. 9).

A terceira característica é a existência de uma ampla rede de parentesco. Formaram-se sete gerações a partir da imigração de Johann para o Brasil e grande parte dos Gerhardt que vive hoje no Rio Grande do Sul descende desse mesmo antepassado comum. Algum cuidado é necessário ao falar em parentesco. Um mínimo de cinco grupos familiares diferentes com esse sobrenome vieram para o estado como imigrantes na primeira metade do século XIX e outros imigraram na segunda metade daquele século (HILLEBRAND, 1824-1853). Parte importante deles estava ligada à Igreja Luterana, como é o caso da família de Jacob Gerhardt (HUNSCHKE, 2004; Livro de registro, 1897-1958), diferindo do tronco de Johann, no qual predominou o vínculo com a Igreja Católica.

## Considerações finais

Cabe ao historiador reescrever a história de acordo com as abordagens que são valorizadas em cada época e conforme o olhar sobre velhas e novas fontes, permitindo refazer as interpretações. Nesse sentido, este texto visa demonstrar a possibilidade de compreender a história da imigração e da colonização do Sul do Brasil na perspectiva da história ambiental.

A trajetória dessas famílias, apresentada aqui como um caso dentre muitos, não reúne informações suficientes para estabelecer fortes vínculos entre a colonização e as transformações ambientais, mas revela importantes indícios de que os colonos modificaram profunda e permanentemente os ambientes que repovoaram. A trajetória também particulariza e detalha aspectos da história sulina, que em geral, são abordados pela historiografia de modo mais panorâmico.

O estudo dessa trajetória familiar alimenta, por fim, a ideia de que a imigração de europeus para o Brasil e as migrações internas dos descendentes tiveram também razões ambientais. Não como um argumento explícito de atração, mas pela existência de condições ambientais favoráveis para acolher e sustentar a vida de numerosa população migrante, que se somou aos habitantes rio-grandenses ou substituiu os indígenas e os lavradores nacionais, ocupando seus territórios.

## Abstract

The article evaluates the possibility of understanding the environmental transformations generated by colonization in

Rio Grande do Sul, in the nineteenth and twentieth centuries, through the study of the trajectory of immigrant families. Uses the approach of environmental history and relates the family experience with the regional history. Concludes that the environmental conditions were also among the reasons for immigration to southern Brazil, including the after internal migration. The presence and work of the settlers, in interaction with other social groups, generated social and environmental transformations.

*Keywords:* Environmental history. Immigration. Gerhardt's families.

## Resumen

El artículo evalúa la posibilidad de comprender las transformaciones ambientales generadas por la colonización de Río Grande do Sul, en los siglos XIX y XX, a través del estudio de la trayectoria de familias inmigrantes. Emplea el enfoque de la historia ambiental y relaciona la experiencia familiar con la historia regional. Concluye que las condiciones ambientales también se encontraban entre los motivos de la inmigración en el sur de Brasil, así como de la migración interna posterior. La historia de las familias estudiadas evidencia cómo la presencia y el trabajo de los colonos, en interacción con otros grupos sociales, han generado profundas transformaciones socioambientales.

*Palabras clave:* Historia ambiental. Inmigración. Familias Gerhardt.

## Notas

- <sup>1</sup> Agradeço aos entrevistados, a Bernadete G. Kochhann, Germano Gerhardt, Angela T. Sperb, Maria T. Gerhardt, Sonia O. Gerhardt, Graciela Gerhardt, Teresinha Gerhardt, Luiz R. Schwertner e ao CNPq.

## Referências

*Album comemorativo do cincoentenário do município de Estrella*, 1926. AHRS.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980.

CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia descritiva da região missioneira na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Cruz Alta: Typographia do Commercial, 1887.

*Catálogo da Exposição Estadual de 1901: Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficina Typographica de Gundlach e Becker, 1901.

CHRISTILLINO, Cristiano L. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do RS (O Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – UNISINOS, São Leopoldo, 2004.

CORREA, Sílvio M. S.; BUBLITZ, Juliana. *Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc; Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.

DIEHL, Astor A. *Os círculos operários: um projeto sócio-político da igreja católica no Rio Grande do Sul (1932-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

Festschrift zur Jahrhundertfeier der ersten Deutschen Einwanderung in Rio Grande do Sul: die Deutschen der Kolonie Serra Cadeado [1824-1924]. Ijuhy: Livraria Serrana, 1924.

FLORES, Hilda A. H. *Alemães na guerra dos farraços*. Porto Alegre: PUCRS, 1995.

GERHARDT, Marcos. Colonos ervateiros: história ambiental e imigração no Rio Grande do Sul. *Esboços*, Florianópolis, v. 8, n. 25, 2011.

\_\_\_\_\_. *História ambiental da Colônia Ijuhy*. Ijuí: Unijuí, 2009.

GERTZ, René E. A República no Rio Grande do Sul: política, etnia e religião. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 14, n. 1, p. 38-48, jan./abr. 2010.

HUNSCHÉ, Carlos H.; ASTOLFI, Maria. *O quadriênio 1827-1830 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: G&W, 2004.

KLUG, João. Imigração no sul do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

KREUTZ, Marcos R. *O contexto ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2008.

LANDO, Aldair M.; BARROS, Eliane C. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H. (Orgs.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

MACHADO, Neli T. G.; SCHNEIDER, F. Análise parcial sobre a cerâmica arqueológica do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. *Cerâmica*, v. 54, p. 103-109, 2008.

MOEHLECKE, Germano O. *Os imigrantes alemães e a Revolução Farroupilha*. São Leopoldo, s.ed, 1986.

MOREIRA, Paulo S.; TASSONI, Tatiani de S. *Povoadores da Colônia Guarani: 1891-1922*. Porto Alegre: EST, 2004.

NODARI, Eunice S. Mata Branca: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice S.; KLUG, João (Orgs.). *História ambiental e migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012.



PÁDUA, José A. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.

SCHALLENBERGER, Erneldo. *Associativismo cristão e desenvolvimento comunitário: imigração e produção social do espaço colonial no Sul do Brasil*. Cascavel: Edunioeste, 2009.

SCHNEIDER, Daniel. *A construção de uma cultura técnica agropecuária no sul do Brasil: o caso da Colônia Ijuí*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SCHULZ, Wilhelm. *Die erste deutsche Siedlung in Argentinien*. Buenos Aires: Der Weg, 1950. Ibero-Amerikanisches Institut, Berlin.

SOUSA, Jessie J. V. *Da transcendência à disciplina: os círculos operários e a intervenção da igreja católica no mundo do trabalho (1930-1964)*. 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

THOMÉ, Lauro N. F. *Arroio do Meio ano 50: 1934-1984*. Arroio do Meio: s.ed, 1984.

TRAMONTINI, Marcos J. A escravidão na colônia alemã (São Leopoldo – primeira metade do século XIX). In: *PRIMEIRAS JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA*, Porto Alegre, *Anais* Fundação de Economia e Estatística Sigfried Emanuel Heuser, 2000.

\_\_\_\_\_. *A organização social dos imigrantes: a colônia São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

WEBER, Max. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. In: *Os economistas*. Tradução de Wal-tensir Dutra. São Paulo: Nova Cultura, 1997.

WENTZ, Liliame I. M. *Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul, 1902-1950*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2004.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 8, 1991.

\_\_\_\_\_. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. *Ambiente & Sociedade*, v. 5, n. 2, ago-dez. 2002. v. 6, n. 1, p. 29-30, jan-jul. 2003.

ZARTH, Paulo A. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Unijuí, 2002.

ZARTH, Paulo A. agricultura e impactos ambientais no Planalto do Rio Grande do Sul. In: NODARI, Eunice S.; KLUG, João (Orgs.). *História ambiental e migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

## Fontes

Escritura de venda de terras que fez Nicolau Gerhardt a Mathias V. Dietrich. Estrela, Livro de notas, 19 abr. 1921. AHRS.

Album comemorativo do cinquentenário do município de Estrela. 1926. AHRS.

Correspondência da Câmara de Taquari. 10 ago. 1854. AHRS.

Colônia de São Leopoldo: relação nominal das viúvas que recebem uma pensão do Governo por falecimento de seus maridos mortos em ação contra dissidentes. Relatório de Johann D. Hillebrand, sd. AHRS.

Correspondência de Johann D. Hillebrand dirigida a João Lins Vieira Cansação de Sinimbu em 21 de março de 1853. AHRS.

Livro de registro dos colonos imigrados para São Leopoldo: 1824-1853. AHRS

Lista de imigrantes desembarcados em Porto Alegre. AHRS.

Recenseamento dos moradores das Colônias São Leopoldo e Mundo Novo, 1847-1849, de Johann D. Hillebrand. AHRS.

Relação nominal dos vereadores e juizes de paz do município de Santo Antônio da Estrela. 5 abr. 1887. Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Estrela. 1882-1889. AHRS.

Relatório da Câmara Municipal de Taquary, apresentado pelo seu presidente Pedro Michel ao dar posse á nova Camara em 7 jan. 1881. Correspondência da Câmara, 1874-1881. AHRS.

Mapa demonstrativo da colônia fundada em 1856 pelo coronel reformado da Guarda Nacional Victor José Ribeiro em sua fazenda na margem esquerda do rio Taquari, 1860. AHRS.

Cópia da acta da sessão extraordinaria do Conselho Municipal de Estrella, 15 maio 1922. Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Estrella. AHRS.

Relatórios apresentados pelos intendentes ao Conselho Municipal de Lajeado. 1909-1929. AHL.

Revisão do alistamento eleitoral da 4ª secção do município de Lajeado, 1890. AHL.

Livro de lançamento dos contribuintes do imposto da indústria e profissões, 1897. Intendência Municipal da Villa do Lageado. Arquivo Histórico de Lajeado (AHL).

Relatório apresentado pelo intendente João Baptista de Mello ao Conselho Municipal [de Lajeado] em 1910. Porto Alegre: Officinas Typographicas da Livraria do Commercio, 1910. AHL.

Registros fiscais de venda de aguardente. Acervo familiar.

O Paladino [jornal], Estrella, 25 dez. 1931. Acervo de Luiz R. Schwertner.

DIE KOLONIE. Santa Cruz do Sul: Centro de Documentação da Universidade de Santa Cruz do Sul., 30 nov. 1894. Jornal.

DIE SERRA POST., 20 jul. 1928. Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP). Jornal.

Inventário *post-mortem* de Barbara Wagner. Estrella/Taquari, 1879. APERS.

Inventário *post-mortem* de Bárbara Friedrich. Estrella, 1909. APERS.

Inventário *post-mortem* de João Gerhardt. Estrella/Taquari, 1870. APERS.

Inventário *post-mortem* de Josef Gerhardt. Estrella, 1884. APERS.

Inventário *post-mortem* de Pedro Friedrich. Estrella, 1888. APERS.

Inventário *post-mortem* de Pedro Gerhardt. Montenegro, 1874. APERS.

Kalender für die Deutschen Evangelische Gemeinden in Brasilien, 1922.

Entrevista com Bruno Oswaldo Gerhardt, por Graciela Gerhardt e Teresinha Gerhardt, 25 ago. 2011.

Entrevista com Eliseu Gerhardt, por Marcos Gerhardt, 11 abr. 2012.

Entrevista com Hugo Gerhardt, por Marcos Gerhardt, 22 abr. 2012.

Entrevista com Rita Gerhardt, por Marcos Gerhardt, 23 abr. 2012.

Livro de registro de batismo de Hamburgo Velho, 1880-1891. Cúria Metropolitana de Porto Alegre (Cúria).

Livro de registro de batismo de Linha Brochier, 1897-1958. IECLB.

Livro de registro de batismo de São Leopoldo, 1855-1859. Cúria.

Livro de registro de casamento de Dois Irmãos, 1863-1890. Cúria.

Livro de registro de casamento de Estrella, 1873-1889. Cúria.

Livro de registro de entrada de imigrantes destinados à Nova Petrópolis, 1867-1878. AHRS.

Livro de registro de óbito de Estrella, 1873-1915. Cúria.

Livros de registro de batismo de Estrella, 1873-1928. Cúria.

CUBER, Antoni. *Nas margens do Uruguai*. 1898. Ijuí: Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), 1975.